

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL – PET UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ FACULDADE DE DIREITO

EDITAL DEFINITIVO DOS TRABALHOS HOMOLOGADOS PARA A XXIV JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

A Tutora do Grupo PET-Direito, no uso de suas atribuições, comunica que foram recebidos 09 (nove) artigos e 03 (três) comunicados para participação na XXIV Jornada de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

I - INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

ARTIGOS CIENTÍFICOS - MODALIDADE I

Estudos em Direito do Estado

Notícias falsas, influência na formação de opinião pública e impactos sobre a legitimidade da administração pública.

M.B.

A LEI DE TERRAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX E SUA LIGAÇÃO À MODERNIZAÇÃO FRACASSADA

Caio Rolando da Rocha

A POSIÇÃO DA MULHER NO MUNDO MODERNO: A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AFIM DE ERRADICAR AS DESIGUALDADES

Maria Lima



DADOS

S.B e A.B

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL – PET UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ FACULDADE DE DIREITO

Estudos Teóricos e Interdisciplinares em Direito

O sistema carcerário brasileiro e a dificuldade na aplicação dos direitos humanos dentro desse sistema. Reken Mollona e Viluti Anacri A MULHER COMO SUJEITO ATIVO: O PROTAGONISMO DAS MULHERES NAS GUERRILHAS DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL Hatake Kakashi O DIREITO À CIDADE E A INVISIBILIDADE DA ARTE URBANA EM CURITIBA/PR Mônica Ferreira Joana Em defesa da criminalização do coach Anticoach Estudos das Relações Sociais DA RESPONSABILIDADE PRÉ-CONTRATUAL E DO DEVER DE INFORMAR EM CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA Florzinha O DECLÍNIO DO SISTEMA DEMOCRÁTICO ATRAVÉS DA MANIPULAÇÃO DE



Estudos em Direito do Estado

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL – PET UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ FACULDADE DE DIREITO

COMUNICADOS CIENTÍFICOS - MODALIDADE II

Hatake Kakashi
A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E SUA POLÍTICA CRIMINAL: JUSTIFICATIVA PARA O PUNITIVISMO?

COORDENAÇÃO ENTRE JUSTIÇAS OFICIAL E INDÍGENA: ADMISSÃO DE ELEMENTOS NÃO-RACIONAIS PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS CRIMINAIS

Azul Escuro

A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SECUNDÁRIO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Colasso

Curitiba, 06 de outubro de 2022

Prof.^a Heloísa Câmara

Tutora Grupo PET - Direito

Emily Emanuele Franco Mewes

Integrante do PET - Direito Comissão Organizadora Isabela Benedetti Sebben

Bolsista do PET - Direito Comissão Organizadora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL – PET UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ FACULDADE DE DIREITO

Nara Veiga Borges

Bolsista do PET - Direito

Comissão Organizadora

Victoria Brasil Camargo

Bolsista do PET - Direito

Comissão Organizadora

Maísa Ribeiro Leone Silva

Bolsista do PET - Direito

Comissão Organizadora

Rebeca Dionysio Felix

Bolsista do PET - Direito

Comissão Organizadora